1. Introdução

Erguida à margem da ordem da modernidade, a favela tem sido entendida, em sua suposta homogeneidade, como “o” lugar da privação e do perigo. Esse modelo hegemonicamente fabricado de olhar a favela surge identificando seus moradores como violentos, pertencentes a “classes perigosas” a por em risco nosso mundo – também portador de uma realidade uniforme, só que ilusoriamente coerente.

De fato, a favela não é uma “terra sem males”, mas as feridas que, aliás, nela se fazem sentir mais agudamente, são produzidas pela cidade como um todo. Patrocinados pela razão cínica e pela mídia satisfeita com a realidade virtual, encenamos um espetáculo que deixam expostas as chagas do frustrado empreendimento da metrópole moderna.

Nesse palco do urbano, quando se acena para o exercício da cidadania em sua plenitude, os personagens do morro, já tão acostumados a serem alvo – da crueldade do narcotráfico, do aparato repressivo da polícia, do olhar desconfiado, dos flashes dos que fazem o “show da vida”... –, perdem visibilidade. A história oficial tem legado às vozes do morro um papel coadjuvante no que está longe de se conformar como construção democrática de um espaço realmente público, de uma *polis* moderna.

Durante muito tempo, as populações subalternizadas se constituíram como objeto de análises acadêmicas, sendo percebidas ora como carentes ora como perigosas ou perversas, e sempre necessitando de tutela e categorizações. Nosso discurso especializado costuma remeter nossas ações mais para a “situação de risco” da “comunidade assistida” do que para as suas capacidades e seu potencial.

O objetivo deste trabalho é compreender o morador da favela, não apenas no lugar daquele que é olhado, mas como quem, ao olhar para a cidade, pode se inserir na construção de uma proposta coletiva para o viver em sociedade e pode elaborar criativamente para si sua experiência de pertencimento. Referimo-nos a um olhar capaz de enxergar o mundo como uma grande casa, o outro em sua radical alteridade – como constitutivo do próprio eu e do mundo ao qual pertence –, e a si mesmo – com responsabilidade.

Como campo de investigação desse estudo, foi escolhido um grupo composto por trinta adolescentes moradores da favela Santa Marta, em Botafogo – Rio de Janeiro –, entre quatorze e dezoito anos, de ambos os sexos. Os jovens integram a Sociedade de Educação e Promoção Social Grupo Eco – instituição não governamental, sem fins lucrativos, apartidária e supra-religiosa, formada desde de 1978 também por moradores do morro Dona Marta.

Funcionando há 24 anos, o Grupo ECO, cujo percurso se confunde com a própria história da localidade, tem como propósito desenvolver uma série de atividades recreativas, educacionais e de promoção social. Acredita-se que essas ações, por solicitarem o constante engajamento dos integrantes do Grupo, não só na sua elaboração, quanto na sua vivência, podem possibilitar nesse espaço um ambiente de reflexão e promover a prática cotidiana da cidadania.

Dentre os inúmeros projetos que vêm sendo encaminhados a partir da criação do Grupo ECO, pudemos participar mais efetivamente do Projeto “Direito à Alegria”. Dividida em várias etapas, essa aposta gira em torno da realização de uma Colônia de Férias para cerca de trezentas crianças que moram na favela. Para que possa se realizar da melhor maneira possível, além desses pequenos, mas eufóricos participantes, essa atividade também precisa contar com a mobilização de cinquenta adultos e adolescentes do Grupo. É nesse momento, como *locus* privilegiado para a formação de instrutores para a Colônia de Férias, que o que convencionamos denominar de espaço ECO/Adolescente se transforma em uma das etapas do Direito à Alegria.

Foram utilizadas as seguintes ferramentas de pesquisa: levantamento bibliográfico, observação participante e diário de campo. A partir de categorias centrais evidenciadas na leitura do material coletado e das categorias que emergiram do material empírico, a análise do material pautou-se por um exame qualitativo dos discursos e das informações originadas do diário. Metodologicamente, tomou-se por base a pesquisa-ação, que consiste na interação do pesquisador com o objeto de pesquisa. Dessa interação nasce o conhecimento, ou seja, pesquisador e objeto tornam-se, no diálogo, não apenas co-autores na construção de um novo saber, mas, também, responsáveis pela democrática utilização e validação desse conhecimento.

As categorias abordadas no estudo foram Cidadania, Subjetividade, Memória e Saber.

Pode-se dizer que, em geral, essas categorias vão dar o contorno para uma *nova forma de compreender a cidade*, remetendo-nos à reflexão em torno do resgate do protagonismo das camadas empobrecidas da população. Através dele podem brotar ações coletivas emancipatórias que produzem efeitos ao nível da subjetividade destes indivíduos.

A pesquisa de campo, realizada no primeiro e segundo semestres de 2000, pelo caráter extremamente atual e dinâmico do fenômeno em investigação, contou com a observação participante e o diário de campo. A observação participante permite a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados – situação constante neste trabalho. Já o diário de campo é um essencial caderno de anotações do cotidiano; é um instrumento relativo à observação, em que o pesquisador se coloca como observador das ações e do movimento no campo de pesquisa.

Após essas considerações, cabe apresentar a organização da dissertação. O trabalho compreende três capítulos.

No **Capítulo 2**, discorremos sobre “**A Lógica Excludente na Constituição da Cidade do Rio de Janeiro**”. Optamos por subdividir este capítulo em quatro subitens referentes respectivamente à “lógica”, à “cidade”, à “favela”, e ao “Santa Marta”.

Iniciamos nosso trajeto, sobrevoando o “*empreendimento da modernidade: do domínio do homem sobre a natureza à ‘colonização’ do homem pelo homem*”. Observamos que a solidificação da aliança entre o racionalismo da modernidade e o capitalismo favoreceu, em sua busca desenfreada pelo progresso e pelo consumo, a produção de subjetividades voltadas a uma concepção extremamente individualista de vida, onde, como num jogo de espelhos, ora a arrogância, ora o desejo de obedecer fizeram morada.

A modernidade nos deixou, também, o legado de um novo modelo de intervenção no espaço que atualmente vem se consolidando e favorecendo a construção de um tipo de cidade menos humana. Em “*E a cidade com seus braços abertos num cartão postal*” verificamos alguns resultados desse paradigma excludente na conformação de uma grande metrópole brasileira. Se os efeitos dessa “lógica” se espalham por todo o espaço social, eles atingem mais diretamente os corpos daqueles que são mais desfavorecidos economicamente.

Visto que “com os punhos fechamos pra vida real” a cidade elege seus condenados, em “*Favela: nem terra sem mal, nem inferno verde*” também miramos o morro, mas, ao contrário dos equipamentos de segregação de alguns setores da população, cuidadosamente apontamos para a cidade – morro em articulação com o asfalto. Acreditamos que, para a construção de uma cidade mais humana – compreendida como habitat privilegiado do encontro –, precisamos nos encaminhar na contramão da lógica da “cidade partida”. Buscamos desmontar um discurso que, embora não tenha sido elaborado com essa finalidade, ao naturalizar a passividade dos habitantes dos lugares marginalizados, participa da destituição dos segmentos subalternizados como atores sociais e políticos e permite a responsabilização dessas populações tanto pelas próprias mazelas vividas quanto pelo crescimento da criminalidade nas grandes metrópoles.

Sem desconsiderar as desigualdades sociais e o poder de segregação de nossas elites, reconhecemos que a cidade ainda está “puída” e merece, na tentativa de romper com a dicotomia favela-asfalto, um investimento ainda maior no sentido de seu cerzimento.

Dentro dessa perspectiva fomos ao encontro da experiência de cidadania promovida pelo Grupo ECO na favela Santa Marta. No item posterior – “*E no Santa Marta...: a trajetória da localidade e o Grupo ECO*” – descrevemos um pouco da história desta favela que, sobretudo a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, está intrinsecamente ligada ao percurso do Grupo ECO. A vida da localidade é coberta de momentos de luta pela ocupação do espaço social. Como para seus moradores é preciso esforço redobrado e contínuo para se fazer cidade e na cidade, cada conquista coletiva pela melhoria das condições de existência na favela se transforma na alegria de saber que é possível uma experiência bem sucedida de organização popular. Investimento cidadão capaz de tanto trazer benefício para a própria localidade, como contribuir na busca pela realização do ideal da cidade cerzida.

Já o **Capítulo 3, “Revisitando o conceito de cidadania”**, foi dividido em cinco tópicos. Nossas “*Considerações históricas acerca da cidadania no Brasil*” fizeram com que nos defrontássemos com as peculiaridades da cidadania brasileira. Marcada pelo centralismo político e definida no espaço institucional de um Estado patrimonialista, ora mais paternalista, ora mais repressivo, a sociedade brasileira revela cidadãos de primeira, segunda e terceira classe. A população ora

produz alternativas de auto-reconhecimento encontradas no nascedouro do Estado Republicano, ora se refugia no reduto populista concebido no ventre de uma cidadania regulada.

A seguir, fizemos uma *“Breve apreciação da cidadania como direito: alteridade, tolerância e pluralismo jurídico”*. Aí, a cidadania foi encarada como o próprio direito à vida em sua plenitude. Inspiramo-nos em uma outra história e reconhecemos como implícitos no conceito de cidadania, os legados da Revolução Francesa em sua radicalidade. Posicionamo-nos à distância do que consideramos um entendimento jurídico equivocado por seu reducionismo formalista, por desconsiderar a materialidade efetiva dos valores da igualdade, da liberdade e da fraternidade e, por conseguinte, por inviabilizar a extensão da cidadania a todos os setores da população.

Procuramos depurar os conceitos. A medida em que admitimos o senso de liberdade do outro como exigência para o eficaz exercício de nossa própria liberdade cívica, tocamos na questão da alteridade. Quando salientamos a necessidade de igualdade social para que um indivíduo possa reconhecer um outro enquanto tal, tocamos no problema da tolerância. Ao enfatizarmos a fraternidade como o laço que unirá num mesmo veio os vetores da igualdade e da liberdade – mantendo-se na prática, não as conveniências de alguns privilegiados, mas o caráter universal da cidadania – acenamos para o pluralismo jurídico. É na apropriação de espaços para a construção de leis favoráveis à ampliação – sempre em processo – da cidadania que se garantirá o debate público necessário à inclusão no ordenamento jurídico da crítica da injustiça das normas. Somente esse esforço cidadão para ser realmente sujeito dos direitos que se anseia conquistar pode nos conduzir à criação de uma sociedade promotora da dignidade do homem e da mulher: da ecologia humana. Nela, o Estado de Direito, autenticamente democrático, será mantido em constante reformulação.

“Malandro é malandro e mané é mané”: algumas possibilidades para a cidadania brasileira” chegou reforçando a idéia de que, se observamos que a cidadania tem uma história – muitas vezes revelada através dos ares de sua sutil oficialidade –, ela tem um papel social. Em nosso país, longe de assumir o sentido de impessoalidade (ou universalidade) que tradicionalmente lhe é conferido, a cidadania acaba por se transformar num instrumento a serviço da institucionalização de prerrogativas. Dado que nossos princípios sociais

autoritários possuem uma peculiar configuração relacional e a partir da constatação de que ser cidadão no Brasil é um fardo, um estigma e um perigo, o “jeitinho brasileiro” surge como resposta possível a uma tradição jurídica e a uma política centralizadora. Na contraface do poderoso “olha quem está falando”, encontramos na “mandragem” um modo de navegação social para conciliar os interesses em conflito.

Até então tínhamos ido buscar a reflexão de que a cidadania é um fenômeno jurídico, mas também social; que ela é construída historicamente, mas também configura papéis sociais. *“Cidadania como pertencimento: da participação dos movimentos sociais ao direito à alegria”*, a despeito de uma tradição sociológica que sustenta que esses papéis já estão cristalizados no nível da estrutura social, foi centrado no refletir se podemos ter um modo de proceder socialmente diferente do encontrado no chamado “jeitinho brasileiro”.

De fato, no Brasil não há porque falarmos de uma única cidadania – aquela construída nos avanços da história política da Europa Ocidental – mas se aqui, muitas vezes, ela é um fardo, um estigma e um perigo e se nos constituímos como corpo social na base da “mandragem”, será que conseguimos visualizar, respeitadas as nossas peculiaridades, outras formas do fazer-se cidadão?

Observamos que diferentemente dos países europeus que sempre tentamos copiar, no Brasil, o exercício da cidadania configura direitos e deveres que dependem da estratégia adotada por quem tem pouco poder. Para que se possa assegurar o direito de reivindicar direitos como condição de possibilidade para o exercício da cidadania plena, continuamos a apostar na necessidade da apropriação de espaços. O que este subcapítulo quis trazer de novidade é que esta prática, que em nosso país precisa ser contínua e equivale à reedificação de uma apropriação histórica, também necessita ser encaminhada coletivamente. A propositura em conjunto de ações no sentido da garantia de direitos à população empobrecida ganha força porque, ao mesmo tempo em que se dirige às necessidades reais dessa população, desperta cada um dos envolvidos para a vida. A família e a rua, a favela e o bairro, o trabalho, o sindicato, a escola, a igreja e o partido político podem tornar-se ambientes propícios ao diálogo criativo que, diante do pouco reconhecimento social do cidadão nas metrópoles brasileiras, alimenta o desejo pelo direito à alegria de viver na cidade.

Por falar do “novo”, voltamos à história para brindar o ressurgimento dos movimentos sociais que, nos fins da década de 70 e início dos anos 80, irromperam na cena pública não apenas contestando a ordem social vigente, mas também, num movimento de autonomia, valorizando as experiências oriundas do saber e do cotidiano populares. Com eles, assistimos à emergência de autênticos sujeitos cidadãos coletivos que, acreditando em seu poder de auto-organização, preferiam, ao invés de trocar favores com a institucionalidade estatal, constituir-se a partir de um processo comprometido com a memória dos vencidos e enraizado na tradição histórica não oficial. E são estes que aos olhos de boa parte da intelectualidade brasileira não têm rosto...

No cerne desta nova forma de ser, criam-se as condições para o nascimento de uma outra concepção de cidadania: a “*Cidadania como pertencimento*”. Pertencimento que, reconhecendo a importância simbólica do território como agenciador de subjetividades, tanto é partidário das propostas elaboradas em prol dos espaços onde o cidadão participa mais efetivamente, quanto permite que cada um dos envolvidos nessa mobilização extraia desses fóruns suas motivações para assumir-se como filho de uma casa maior: a cidade. Construção dupla: a da própria identidade e a de projetos que são gerados coletivamente e acolhidos como fundamentais – não somente ao fortalecimento dos laços internos que motivam a resistência, como, também, à indispensável transformação do indivíduo e da sociedade como um todo.

Verificamos assim, em “*Cidadania e subjetividade*”, as relações existentes entre o destino individual e o destino da sociedade. É aí que a cidadania se entrelaça com a subjetividade, demonstrando-nos que o homem é um ser pulsional e social. Se nosso desejo de submissão pode nos estimular a agir como meros receptores da subjetividade capitalista, negando-nos todo o vínculo social com o outro; é nosso mesmo desejo, mas o de uma vivência criativa, que nos motiva a buscar dentro de nós mesmos uma sensação de poder capaz de nos impulsionar a expressar nossa subjetividade no mundo e enunciar projetos singulares e nos erguer como cidadãos da cidade e como uma sociedade. Aí, a racionalidade empregada não é o puro desdobramento da consciência de um ator privilegiado, mas o resultado efetivo, e também afetivo, propiciado pelo encontro das mais diversas estratégias. Esse processo de elaboração envolve reflexão e sensibilidade, engendrando um fenômeno que, se como mencionamos, é social,

jurídico, econômico, político, etc., é da mesma maneira psíquico. Por sua complexidade estudamos um fenômeno psicossocial: a cidadania.

No **Capítulo 4**, são apresentados os dados recolhidos durante o trabalho de campo. Procuramos articular o material empírico à pesquisa bibliográfica, analisando-o à luz das categorias descritas acima.

Inicialmente, fizemos uma rápida explanação dos instrumentos e métodos utilizados no campo (“*diário de campo*” e “*observação participante*”). Destaca-se aí a interação do pesquisador com o objeto de pesquisa. Incentivada na pesquisa-ação, essa interação promove um conhecimento que podemos denominar de solidário. Ou seja, pesquisador e “objeto” tornam-se, no diálogo, não apenas co-autores na construção de um novo saber, como também responsáveis pela democrática utilização e validação desse conhecimento.

Em seguida, procedemos a uma descrição pormenorizada do campo de pesquisa: o ECO/adolescente. Observamos que a formação para a cidadania que ocorre neste espaço se dá na ação, ou seja, nela se entrelaçam teoria e prática. Desta forma, optamos por desenvolver uma narrativa que incluísse tanto as reuniões do grupo de adolescentes, quanto o envolvimento desses atores num projeto maior que se desenrola na localidade em que moram. Nos voltamos assim para o Projeto Direito à Alegria e, antes de nos atermos aos encontros exclusivos do grupo em formação, traçamos algumas breves considerações sobre essa iniciativa.

O Projeto Direito à Alegria conta com a participação desses adolescentes como instrutores de uma Colônia de Férias para cerca de trezentas crianças do Santa Marta. Em outras palavras, a formação para a cidadania do ECO/adolescente é uma das etapas da Colônia de Férias organizada pelo Grupo ECO. Vale ressaltar que, após a sua formação (etapa de formação para novos instrutores), os adolescentes passam a se integrar aos momentos finais dessa organização. Na verdade, trata-se de uma mobilização que envolve toda a localidade.

Após falarmos um pouco mais sobre o que a Colônia de Férias presume de trabalho e de entusiasmo para a sua implementação, procuramos deixar claro em nossas “*Breves considerações sobre o direito à alegria*”, que o direito ao lazer não se confunde com o “direito à alegria”. Vimos que é no próprio embate por melhores condições de existência, que aqueles que se lançam a esse e a outros

esforços no sentido da garantia da cidadania plena oferecem a si próprios a alegre satisfação de que a vida vale a pena ser vivida. É um resgate da singularidade que se reforça no coletivo criado.

Os adolescentes do Santa Marta não podiam ficar de fora dessa história. Vimos que a trajetória cidadã dos meninos e meninas do ECO começa desde cedo, ainda quando “coloninhos”. Mas nesse trabalho, privilegiamos o espaço de formação do qual eles fazem parte atualmente. “*O ECO/ adolescente*”, além de ser um dos momentos do “Direito à Alegria”, também mantém cursos de formação contendo dinâmicas de grupo e reflexões sobre cidadania.

Neste grupo, a elaboração compreende razão e sensibilidade. Cada um dos adolescentes sabe, não só porque aprende, mas, também, porque apreende a partir dos laços afetivos que se criam nesse espaço. Ali, onde se vê “*A Formação como lugar do encontro*”, a memória é agenciada coletivamente, fazendo brotar um sentimento de filiação. Estar nesse grupo, pertencer ao Santa Marta e vincular-se ao Grupo ECO significa para esses jovens que, dentre os personagens que o morro tem, cada um deles também tem a sua história na localidade e é possuidor do direito de assumir seu compromisso na construção por uma vida mais digna na favela e na cidade. Na manifestação de suas singularidades desejantes, os adolescentes do Grupo ECO contribuem na emergência de um sujeito coletivo de direito: a Sociedade de Educação e Promoção Social Grupo ECO.

A dissertação chega ao seu término trazendo algumas “*Considerações finais*” acerca do complexo fenômeno estudado e apontando questões relevantes a serem aprofundadas em outras investigações. Não pretendemos, assim, esgotar o tema proposto, mas, sempre com um olhar compreensivo, nos lançamos a outros estudos que nos possibilitem, como fruto de nosso caso de amor com o mundo, conjugar a nossa própria autoria à potencialidade de ser do outro.